

Novo 'CCT Importação - Modal Aéreo' moderniza e impulsiona fluxo de cargas aéreas internacionais

Fonte: Receita Federal

Data: 02/08/2023

O Ministério da Fazenda, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com Ministério de Portos e Aeroportos, lançou nessa segunda-feira (31/7) um sistema inovador de controle de cargas que chegam ao país em voos internacionais: o "CCT Importação — Modal Aéreo". Com o uso intensivo de novas tecnologias, o sistema deve reduzir em 90% a exigência de intervenção humana no fluxo de cargas, com potencial de diminuir em até 80% o prazo médio de liberação das cargas nos aeroportos. O tempo médio de despacho, por exemplo, cairá de cinco para apenas um dia.

O novo modelo será implantado na próxima quarta-feira (2/8) em todos os aeroportos internacionais brasileiros, em substituição ao Sistema Integrado de Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (Mantra), em operação há 30 anos. A maior agilidade na liberação de cargas resulta da combinação de diversos fatores: adoção de modelo de dados internacional (IATA Cargo-XML), manifestação eletrônica, informações antecipadas, ou seja, soluções que se utilizam do uso intensivo de tecnologia da informação e de gerenciamento de riscos.

A economia potencial às importações aéreas pode alcançar R\$ 10 bilhões anuais, de acordo com a Receita Federal, ao tomar como base volumes de importação que atingiram US\$ 46,9 bilhões do último ano. "Quem vai ganhar toda a sociedade brasileira. Esses R\$ 10 bilhões economia acabam se refletindo no preço, no prazo de entrega e na qualidade das mercadorias", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Há projeção de que o novo sistema também permitirá que os fluxos de cargas aéreas dobrem em até dois anos, atraindo investimentos externos e ampliando a arrecadação federal relativa às importações do modal aéreo (de R\$ 19 bilhões, em 2022, para um novo patamar anual de R\$ 38 bilhões).

A implantação desse novo processo de exportação ocorre no âmbito do Programa Portal Único de Comércio Exterior — Portal Siscomex, programa estratégico gerido pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

"É um módulo absolutamente revolucionário do nosso portal único de comércio exterior, com um potencial de tornar o Brasil um grande hub

do comércio internacional, conectando de maneira eficiente, não apenas o Brasil, mas toda América Latina ao resto do mundo”, explicou o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

A partir de agora, portanto, o trâmite das cargas aéreas internacionais que chegam ao Brasil ocorrerá completamente em documentos digitais, em padrões internacionais sob o regramento da Associação Internacional de Transportes Aéreos, a IATA [International Air Transport Association].

Segundo a secretária de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Tatiana Lacerda Prazeres, o CCT Aéreo acaba com papel no modal. “Esta é uma conquista importante quando pensamos em desburocratização e facilitação do comércio, mas esse esforço é também acompanhado de gestão de risco para preservemos os controles necessários nas nossas importações”, disse.

Para o secretário nacional de aviação civil substituto, do Ministério de Portos e Aeroportos, Rafael Pereira Scherre, este é um projeto de Estado que está sendo gestado há mais de uma década. “A gente não tem dúvida nenhuma que teremos um ganho de eficiência muito grande. [...] Certamente este é um investimento que vale a pena”, afirmou.

O Serpo esteve desde a concepção do projeto e para o diretor da empresa pública de tecnologia da informação, André de Cesero, trata-se de um esforço que uniu diversas forças que juntas concentraram esforços para entregar algo bem finalizado. “Estamos fazendo uma entrega de inovação e transformação digital completa para o país”, afirmou Cesaro.

Liderada pelo Ministério da Fazenda a construção do novo sistema “CCT Importação — Modal Aéreo” contou com consultas e participações de representantes do setor privado, bem como de diversos outros órgãos e entidades do Governo Federal, tais como, Ministério da Agricultura, Secretaria de Aviação Civil/MPA, Secretaria de Comércio Exterior/MDIC e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.